

SEMINÁRIO - ATUALIZAÇÃO
Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso - ALMT

	ALMT
PROCURADORIA-GERAL	
Folia N°	02
Visto:	



SEMINÁRIO - ATUALIZAÇÃO

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso - ALMT

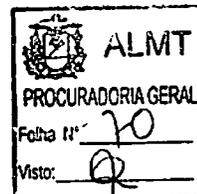


Sumário

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE.....	3
2. CONTATO INSTITUCIONAL.....	3
3. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA	3
4. JUSTIFICATIVA.....	3
8. APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	4
9. COORDENAÇÃO	6
10. PROCEDIMENTOS DE INSCRIÇÃO	6
11. MATERIAL DIDÁTICO	6
12. METODOLOGIA.....	7
13. SUPORTE TÉCNICO E ATENDIMENTO AO ALUNO	7
14. EMENTA E DISPOSIÇÃO DO SEMINÁRIO	7
15. INVESTIMENTO/FORMA DE PAGAMENTO	10
17. VALIDADE DA PROPOSTA	11

SEMINÁRIO - ATUALIZAÇÃO

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso - ALMT



1. IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE

Razão Social: Academia Brasileira de Formação e Pesquisa – ABFP LTDA
Nome de Fantasia: Academia Brasileira de Formação e Pesquisa - ABFP
CNPJ: 04.808.302/0001-41
Responsável pela Instituição: Zilmar Santana de Assis – Sócio Administrador
E-mail: zilmar@abfp.com.br

2. CONTATO INSTITUCIONAL

Nome: Zilmar Santana de Assis – Diretor de Projetos
Endereço: Av. 84, 684, sala 104 – Setor Oeste – Goiânia (GO)
CEP: 70040-908
Telefones: 61 3521-5344 – 65 99686-5383
E-mail: zilmar@abfp.com.br

3. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Trata-se de proposta apresentada à **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO - ALMT**, para realização de curso de aperfeiçoamento e formação, voltada a assessores jurídicos.

4. JUSTIFICATIVA

Questões ligadas à cessão de créditos trabalhistas têm ensejado intensas discussões na jurisprudência, gerando dúvidas e insegurança em relação à própria admissibilidade e validade jurídica dessa forma especial de transmissão de obrigações. Embora seja praticada com frequência em ações trabalhistas, as partes envolvidas nessas transações, em muitos casos, deixam de formalizá-las nos processos judiciais, buscando evitar questionamentos e disputas adicionais. A origem desses questionamentos está situada na própria natureza jurídica desses créditos, gravados com feição essencialmente alimentar, do que decorrem ilações ligadas à sua irrenunciabilidade ou mesmo indisponibilidade. A participação de credores judiciais e pessoas naturais e jurídicas em transações ligadas à cessão de créditos, no exercício legítimo da autonomia negocial, está expressamente prevista na ordem jurídica, impondo-se aos atores judiciais o exame da questão com base em parâmetros objetivos que possibilitem a

SEMINÁRIO - ATUALIZAÇÃO

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso - ALMT



necessária segurança jurídica aos interessados. Normas administrativas tratam da matéria no âmbito do Conselho Nacional de Justiça e da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, mostrando-se oportuno o debate amplo da questão por atores qualificados dos universos judicial e empresarial.

5. OBJETIVO DA PROPOSTA

A Academia Brasileira de Formação e Pesquisa – ABFP tem como objetivo nesta proposta oferecer capacitação e aperfeiçoamento, na modalidade presencial, com alto padrão de excelência.

- **SEMINÁRIO: Cessão de créditos trabalhistas: entre a lógica jurídica e a racionalidade econômica**

6. OBJETIVOS – PECULIARIDADES DO CURSO

Objetiva-se promover um substancial debate acerca dos argumentos favoráveis e contrários à validade da cessão de créditos de natureza trabalhista, permitindo-se a mais ampla compreensão da matéria. Pretende-se, ainda, colher informações relevantes para a eventual adoção de medidas administrativas e legislativas que permitam a construção do necessário ambiente de segurança jurídica para a prática dos atos negociais ligados à cessão de créditos.

7. A QUEM SE DESTINA

Procuradores, Assessores jurídicos e demais servidores que se interessem pelo tema.

8. APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

A Academia Brasileira de Formação e Pesquisa é uma empresa que atua na formação de pessoas e organização de processos e procedimentos administrativos. Tem como foco principal de suas atividades a formação e capacitação de Recursos Humanos nas três esferas da Administração Pública e segmento privado, além de realizar consultorias. Tem significativo diferencial

SEMINÁRIO - ATUALIZAÇÃO

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso - ALMT



competitivo em relação ao mercado, uma vez que conta com profissionais de grande experiência e formação técnica especializada, desenvolvendo atividades em órgãos públicos de destaque como Governos de Estados, Prefeituras, Tribunais e outros, conforme se verifica na relação dos professores selecionados para executar este projeto, bem como dos trabalhos já realizados nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Mato Grosso, dentre outros, nas modalidades presencial e EAD, cursos in-company e abertos.

Um quadro técnico desta envergadura possibilita a elaboração de produtos customizados e singulares para atender as necessidades particulares de cada entidade contratante, inclusive o desenvolvimento de programas de treinamento e capacitação individualizados.

Os produtos disponíveis em nossa carteira abrangem um amplo leque de treinamento e formação, como palestras, cursos presenciais de capacitação, bem como cursos de atualização (extensão), nas modalidades presencial e tele-presencial (EAD), nas mais diversas áreas do conhecimento, tais como: direito, administração pública e controle da gestão pública. Outro aspecto a ser destacado consiste na formação de uma rede de parcerias com instituições de ensino nacionais, com o objetivo de promover a construção de conhecimento específico para o setor público.

A Academia Brasileira de Formação e Pesquisa vem desenvolvendo uma série de parcerias técnicas com entidades da Administração Pública, Universidades e empresas privadas, objetivando o planejamento e execução de cursos voltados à capacitação dos servidores e funcionários públicos.

É de amplo conhecimento que o Setor Público enfrenta significativa dificuldade na capacitação de seus servidores o que se traduz em prejuízos aos governos e às comunidades atendidas. Assim, a ABFP considera necessário o desenvolvimento de ações voltadas à capacitação do corpo técnico dos entes públicos de modo a garantir maior qualidade na prestação de seus serviços.

Nossos cursos de capacitação são elaborados por profissionais de reconhecida expertise em seus respectivos campos de atuação, sendo necessário destacar que eles possuem, não apenas conhecimento teórico, como ampla experiência prática no cotidiano da Administração Pública.

SEMINÁRIO - ATUALIZAÇÃO

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso - ALMT



9. COORDENAÇÃO

A Coordenação científica será exercida pelo Ministro do TST, **Douglas Alencar Rodrigues**, Doutorando e Mestre em Direito das Relações Sociais (PUC-SP), Pós-Graduado em Direito Constitucional (UnB), Doutorando pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e pela Universidade Autônoma de Lisboa, Professor de Direito Constitucional e Direito Processual do Trabalho, Membro da Academia Brasileira de Direito do Trabalho, do Instituto Brasileiro de Direito Processual Civil e do Instituto Brasileiro de Estudos Constitucionais, além de Vice-Presidente do Instituto Goiano de Direito do Trabalho (IGT). A Coordenação Executiva será exercida pelo Sr. Maximiliano Pinheiro Leite.

10. PROCEDIMENTOS DE INSCRIÇÃO

As Inscrições serão realizadas no link do site: www.abfp.com.br

Os alunos definidos pela contratante para realizar o curso, deverão acessar o site da contratante abfp.com.br e realizar a sua inscrição. As inscrições serão realizadas por meio do ambiente virtual da ABFP em que o próprio aluno deverá cadastrar seu login e senha.

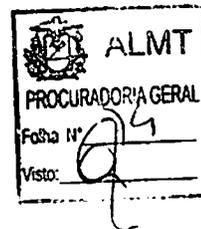
Após o cadastro, automática e imediatamente, o aluno terá acesso à sua página ("Minha página") em que visualizará todos os cursos que adquirir bem como os que lhe forem disponibilizados pela contratante. Esse cadastro é único e servirá ao aluno para todos os cursos/compras que fizer, a partir desse momento, na ABFP on-line.

11. MATERIAL DIDÁTICO

As apresentações utilizadas pelos expositores e debatedores, serão disponibilizadas na página do aluno, na plataforma da Academia.

SEMINÁRIO - ATUALIZAÇÃO

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso - ALMT



12. METODOLOGIA

Aulas expositivas com apresentação e debates.

13. SUPORTE TÉCNICO E ATENDIMENTO AO ALUNO

A Contratada disponibilizará uma equipe de suporte técnico, via e-mail, telefone e WhatsApp para auxiliar os alunos nas inscrições no Programa de Capacitação e durante a realização dos estudos.

14. EMENTA E DISPOSIÇÃO DO SEMINÁRIO

SEMINÁRIO: Cessão de créditos trabalhistas: entre a lógica jurídica e a racionalidade econômica

PAINEL I - CESSÃO DE CRÉDITOS NA JUSTIÇA DO TRABALHO

Mediadora: Dra. Sara Hakim

Expositor: Min. Aloysio Correa da Veiga

Debatedora: Dra. Marília Minicucci

PAINEL II - A CESSÃO DE CRÉDITOS TRABALHISTAS NA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS

Mediador: Dr. Gregory Maia

Expositor: Min. Douglas Alencar Rodrigues

Debatedor: Dra. Renata Nilsson

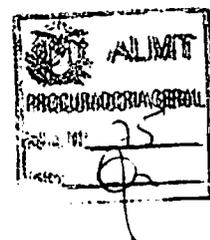
Debatedor: Dr. Daniel Chiode

EXPOSITORES E DEBATEDORES

Aloysio Corrêa da Veiga nasceu em 1º de outubro de 1950, em Petrópolis (RJ), onde se formou em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica de Petrópolis (UCP) no ano de 1974; Ingressou na magistratura, em 1981, como Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, com sede no Rio de Janeiro, tendo exercido a magistratura no TRT até 2004. Promovido, por merecimento, em 1984, a Juiz do Trabalho Presidente da 27ª Junta de Conciliação e Julgamento do Rio de

SEMINÁRIO - ATUALIZAÇÃO

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso - ALMT



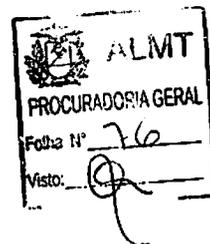
Janeiro. Atuou como Juiz convocado, a partir de 1996, no TRT da 1ª Região, tendo sido promovido, por merecimento, em janeiro do ano seguinte, para o cargo de Desembargador, vindo a presidir a 6ª Turma daquele Tribunal Regional a partir de 1997; Participou da banca examinadora de vários concursos públicos para o cargo de Juiz do Trabalho Substituto, em diversas regiões da Justiça do Trabalho; Professor da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Petrópolis, de 1984 até 2016. Autor de trabalhos jurídicos publicados em livros em coautoria e em diversas revistas especializadas; Em 1998, foi convocado pela primeira vez pelo Tribunal Superior do Trabalho, tendo permanecido convocado por seis anos. Em 28 de dezembro de 2004, foi empossado ministro do TST; Foi membro da Comissão Permanente de Jurisprudência e Precedentes Normativos do TST, de 2007 a 2011. Conselheiro do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) - 2012/2014. Membro da Academia Brasileira de Direito do Trabalho. Membro do Instituto dos Advogados Brasileiros. Membro da Academia Brasiliense de Direito do Trabalho. Professor Honoris Causa da Universidade Católica de Petrópolis (RJ), Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) no biênio 2011/2013; Presidiu a Sexta Turma do TST desde a sua instalação, em fevereiro de 2006 até o mês de agosto de 2017; Integrou a Seção Especializada em Dissídios Individuais 1 (SDI-1) desde 14/02/2005 até o mês de agosto de 2017; Presidiu a Comissão Permanente de Regimento Interno – Biênios 2016/2018 e 2018/2020. Foi membro da Comissão Executiva Nacional de Concurso Público Nacional Unificado para ingresso na carreira da Magistratura do Trabalho – ENAMAT.

Douglas Alencar Rodrigues - Ministro do TST, Mestre em Direito das Relações Sociais (PUC-SP), Pós-Graduado em Direito Constitucional (UnB), Doutorando pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e pela Universidade Autônoma de Lisboa, Professor de Direito Constitucional e Direito Processual do Trabalho, Membro da Academia Brasileira de Direito do Trabalho, do Instituto Brasileiro de Direito Processual Civil e do Instituto Brasileiro de Estudos Constitucionais, além de Vice-Presidente do Instituto Goiano de Direito do Trabalho (IGT).

Marília Nascimento Minicucci - Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2004), especialista em Direito e Processo do Trabalho pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2007), especialista em Liderança Sindical Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (2012) e mestra em Direito do Trabalho e Seguridade Social pela

SEMINÁRIO - ATUALIZAÇÃO

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso - ALMT



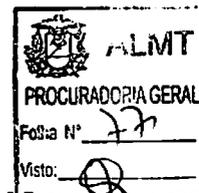
USP (2016). Marília foi sócia de Mattos Engelberg e também trabalhou nos escritórios Demarest e Almeida Advogados, Machado Meyer Sendacz & Opice Advogados, Pinheiro Neto Advogados, Siqueira Castro Advogados e Mesquita Barros Advogados. Esteve entre os “advogados recomendados” pela revista The Legal 500, em 2020, e Leaders League (2020). Possui vasta experiência em consultivo e contencioso trabalhista envolvendo planos de remuneração variável, LGPD, PLR, benefícios, expatriados, negociações coletivas, revisão de procedimentos (inclusive relacionados à pandemia de COVID 19), elaboração de códigos de conduta, manuais de RH, políticas internas, análise de estabilidade, dispensa em massa, negociações com o MPT, dentre outros, incluindo ações civis públicas e ações envolvendo altos executivos.

Daniel Domingues Chiode - Formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), e possui MBA em Gestão de Pessoas, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Foi membro do Comitê Estratégico de Gestão de Pessoas da Câmara Americana (Amcham). Foi condecorado com a medalha da Ordem do Mérito de Dom Bosco, conferida pelo Tribunal Regional do Trabalho de Brasília (10ª Região), no grau de Comendador, em 2011. Indicado pela revista Análise 500 Advocacia, por diversos anos, como advogado mais admirado da Indústria Farmacêutica e advogado trabalhista mais admirado. Indicado, também, em publicações internacionais, como Legal 500, Chambers&Partners e Leaders League. Foi sócio do Demarest Advogados, onde ficou por 11 anos, e dos escritórios Gasparini, De Cresci e Nogueira de Lima e Mattos Engelberg, sendo, neste último, sócio fundador. Possui ampla experiência nacional e internacional na atuação de consultivo e contencioso trabalhista (individual, coletivo e MPT), incluindo forte presença em milhares de julgamentos no Tribunal Superior do Trabalho e Supremo Tribunal Federal.

Sarah Hakim - Secretária Geral da Federação Nacional dos Advogados; membro do Conselho Universitário da USP; mestrandia em Direito Desportivo PUC - SP; Delegada sindical junto à CNPL, Coordenadora da SBDD – Sociedade Brasileira de Direito Desportivo; Examinadora do XLI Concurso de Magistratura do Trabalho do TRT 2ª Região; Presidente da Associação dos Advogados Trabalhistas do Estado de São Paulo - AATSP de 2018 a 2020; Conselheira da AATSP e representante junto à Abrat; sócia de Azevedo & Hakim Advogados Associados; Vice-Presidente da AAT-SP de 2016 a 2018; Palestrante da OAB-SP, AASP, AATSP, ABRAT; Ejud-2; membro docente da Escola da ABRAT, Coordenadora Acadêmica da SBDD – Sociedade Brasileira de Direito Desportivo

SEMINÁRIO - ATUALIZAÇÃO

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso - ALMT



2021/2023; co-coordenadora da pós graduação da AATSP; membro da Comissão de Direito Desportivo da OAB-SP 2020/2021, membro da Comissão de Ética Pública da OAB-SP 2016-2018; Secretária Geral da Comissão de Combate ao Bullying da OAB-SP 2016-2018; Vice-Presidente da Comissão de Direito Empresarial da OAB-SP 2016-2018; foi membro da Comissão da Mulher Advogada e da Comissão de Defesa de Prerrogativas da OAB-SP; foi assessora do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB-SP; Vice-Presidente da AAT-Social 2015-2017; Coordenadora de eventos, seminários e congressos jurídicos; coautora das obras "Reforma Trabalhista Avanço ou Retrocesso", "Feminismo, Pluralismo e Democracia", "Coronavírus e os Impactos Trabalhistas", "Direito & Futebol", "Poder, Justiça e Direito, Estudos à Luz do Sistema Jurídico Inglês" (com abordagem acerca da Justiça Restaurativa), "O Novo Coronavírus e o Meio Ambiente de Trabalho", "Sociedade Brasileira de Direito Desportivo – Estudos em Homenagem a Angelo Vargas", e coorganizadora da obra "Manual da Reforma Trabalhista - Pontos e Contrapontos" de autoria de Valdete Souto Severo e Jorge Luiz Souto Maior; co-autora de textos e artigos jurídicos e co-fundadora do MDJT – Movimento em Defesa da Justiça do Trabalho.

15. INVESTIMENTO/FORMA DE PAGAMENTO

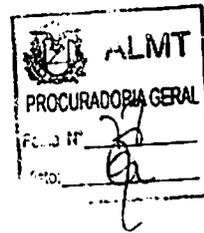
VALOR PARA A PRESENTE PROPOSTA: - R\$ 7.837,50 (Sete mil, oitocentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), conforme a seguir:

SEMINÁRIO: Cessão de créditos trabalhistas: entre a lógica jurídica e a racionalidade econômica			
Horas	4		
Modalidade	Valor por Aluno	Número Vagas	Valor Total
Presencial	1.650,00	5	R\$ 8.250,00
TOTAL CAPACITAÇÃO			R\$ 8.250,00

- Em função do grupo de alunos (05) cinco inscrições, concedemos desconto de 5% - $R\$ 8.250,00 * 5\% = R\$ 412,50$ – Valor da proposta com desconto: **R\$ 7.837,50 (Sete mil, oitocentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos)**

SEMINÁRIO - ATUALIZAÇÃO

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso - ALMT



16. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal de prestação de serviço (DANF), mediante crédito em conta.

17. VALIDADE DA PROPOSTA

Esta proposta tem validade por 30 (trinta) dias.

ANEXOS:

- Contrato Social
- Documentos pessoais sócio Administrador
- Contratos de serviços prestados
- Declaração Art. 7, inciso XXXIII C.F/88
- Certidão de Regularidade Fiscal
- Parecer jurídico – Inexigibilidade
- Ato Declaratório de Inexigibilidade
- Atestados de Capacidade Técnica
- Notas de Empenho
- Notas Fiscais

Brasília (DF), 21 de outubro de 2021.

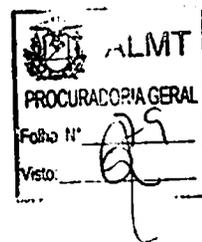
ZILMAR SANTANA DE
ASSIS:36466557120

Assinado de forma digital por ZILMAR
SANTANA DE ASSIS:36466557120
Dados: 2021.10.26 16:45:02 -0300'

ZILMAR SANTANA DE ASSIS
Diretor de Projetos

SEMINÁRIO - ATUALIZAÇÃO

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso - ALMT



COORDENAÇÃO E REALIZAÇÃO:



PRODUÇÃO:



OUTUBRO - 2021